

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DA COVID-19 3.0

Divulgação: 17 de junho de 2021

Coleta de dados: 08 a 11 de junho de 2021

Visite o site: [transparenciacovid19.ok.org.br](https://transparenciacovid19.ok.org.br)



OPEN KNOWLEDGE  
BRASIL

BOLETIM #01 | ESTADOS

# 3 a cada 4 estados não divulgam taxa de vacinação dos grupos prioritários

---

***Cobertura vacinal da população é um dos itens avaliados em levantamento inédito da Open Knowledge Brasil na nova fase do Índice de Transparência da Covid-19; oito entes não alcançam o nível mínimo 'Bom' no ranking, que agora inclui imunização***

## RESUMO EXECUTIVO

- Cobertura vacinal de grupos prioritários não é divulgada por 20 estados e pelo governo federal; em relação à população geral, a taxa de vacinação é publicada por apenas 43% dos entes.
- **Oito** dos 28 entes avaliados — estados, Distrito Federal e governo federal — **não atingem** nível mínimo “Bom” de transparência.
- Terceira fase do Índice de Transparência da Covid-19 avalia 36 indicadores, incluindo **14 itens relacionados à vacinação**; cinco dos oito critérios com menor taxa de cumprimento se referem ao tema.
- Apenas Sergipe e Pernambuco publicam **etnia de pessoas indígenas vacinadas**; critério é o menos atendido (7%) entre os itens avaliados nesta fase.
- Estoque de **seringas e agulhas** (14%) e a publicação de **microdados da vacinação** (30%) também estão entre as informações menos divulgadas.
- Houve retrocesso na publicação de dados sobre testes: em comparação a 2020,, 14 entes deixaram de publicar ou passaram a publicar dados parciais sobre testes aplicados e/ou testes disponíveis.

Cinco meses após o [início da vacinação](#) no Brasil, o país [alcançou](#), em 14/6, a marca de 23,7 milhões de pessoas imunizadas — o que representa pouco mais de 10% da população. A **cobertura vacinal**, isto é, a proporção de pessoas imunizadas em relação à população total, é um dos principais indicadores que apontam a possibilidade de superar a crise sanitária, já que boa parte dos modelos epidemiológicos [indicam](#) que a imunização de cerca de 70% da população garante que a transmissão do vírus diminua consideravelmente. Esse dado, no entanto, **não é divulgado ou atualizado por 11 estados e pelo governo federal, o que representa 43% dos entes.**

Quando se trata dos grupos prioritários, o gargalo é ainda maior: 20 estados e o governo federal (75% dos entes avaliados) deixam de publicar esse dado ou não o atualizam — este é o caso do Amazonas, por exemplo, que tem um painel detalhado para a vacinação, mas não apresenta data de atualização dos dados. O levantamento inédito, realizado pela Open Knowledge Brasil (OKBR), faz parte da primeira rodada de avaliações da versão 3.0 do **Índice de Transparência da Covid-19 (ITC-19)**.

Em sua terceira fase, o ITC-19 amplia o número de critérios avaliados, passando a analisar, além da disponibilidade e qualidade de dados epidemiológicos e de infraestrutura de saúde, indicadores sobre a vacinação.

Se no [fim da segunda fase](#) do Índice, em dezembro de 2020, todos os estados apresentavam nível mínimo “Bom” de transparência, a exigência de novos indicadores sobre a pandemia traz oito dos 28 entes avaliados — estados, Distrito Federal e governo federal — de volta ao estágio anterior: São Paulo, Tocantins, Roraima, Alagoas, Pará, Maranhão, Piauí e Paraíba obtiveram classificação “Média” de transparência e despontam na parte mais inferior do ranking.

Por outro lado, entes que já demonstravam bom desempenho na fase anterior figuram nas primeiras posições: Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais estão, respectivamente, na primeira, terceira e quarta colocação no ranking atual. Outro destaque é o Distrito Federal, que alcançou a segunda posição. Acre, Sergipe e Paraná fecham o grupo de estados que obtiveram classificação “Alta” de transparência.

Antes de consolidar a nota dos entes, a OKBR realizou uma avaliação piloto e encaminhou, em maio, recomendações aos governos. Os gestores tiveram a oportunidade de revisar os apontamentos, indicar incorreções ou implementar melhorias até o início de junho. “O impacto do monitoramento pôde ser observado já nesta fase preliminar, com a resposta rápida dos governos”, explica Danielle Bello, coordenadora de Advocacy e Pesquisa da OKBR. “Em menos de um mês, quase todos os 28 entes aprimoraram algum aspecto de seus portais — 11 deles saltando entre 15 a 35 pontos na avaliação”, completa. No total, 15 estados entraram em contato para tirar dúvidas, solicitar revisão e enviar informações adicionais.

## PUBLICAÇÃO DA COBERTURA VACINAL DA POPULAÇÃO GERAL

*Pontuam integralmente neste critério os entes que apresentam a proporção de vacinas aplicadas em relação à população geral, detalhando a dose (1ª ou 2ª); pontuam parcialmente aqueles que apresentam o dado sem detalhar a dose; não pontuam aqueles que não apresentam os dados, ou apresentam dados desatualizados.*

Pontuam integralmente	Pontuam parcialmente	Não pontuam
Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.	Tocantins	Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Roraima e governo federal.

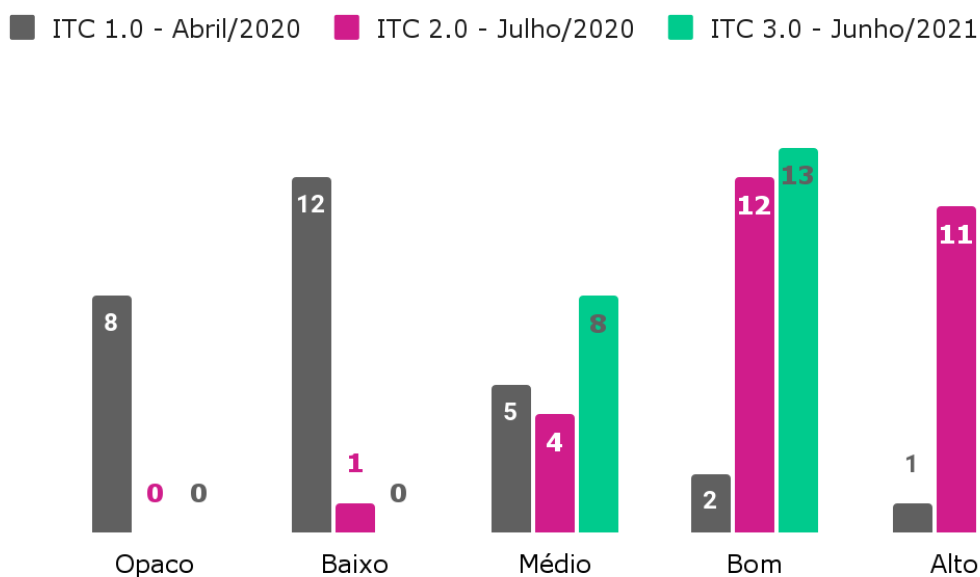
## PUBLICAÇÃO DA COBERTURA VACINAL DE GRUPOS PRIORITÁRIOS

*Pontuam integralmente neste critério os entes que apresentam a proporção de vacinas aplicadas por grupo prioritário em relação à quantidade de pessoas estimadas naquele grupo, detalhando a dose (1ª ou 2ª); pontuam parcialmente aqueles que apresentam o dado sem detalhar a dose; não pontuam aqueles que não apresentam os dados, ou apresentam dados desatualizados.*

Pontuam integralmente	Pontuam parcialmente	Não pontuam
Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.	-	Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins e governo federal.

## QUANTIDADE DE ESTADOS POR NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA

Gráfico compara distribuição de entes entre as categorias nas primeiras avaliações de cada fase do Índice



### TRANSPARÊNCIA DA VACINAÇÃO

A principal novidade da nova fase do ITC-19 3.0 é a inclusão de dados sobre a imunização no país. Dos 36 critérios do novo índice, 14 estão relacionados ao tema. Os indicadores contemplam **detalhamentos demográficos e geográficos**, como raça/cor e etnia indígena de pessoas vacinadas, dados sobre o **processo de imunização**, como quantidades de doses aplicadas, informações sobre grupos prioritários e coberturas vacinais, além de dados de **infraestrutura**, como a quantidade de doses distribuídas aos entes e a disponibilidade de seringas e agulhas. Além disso, critérios relacionados às dimensões **Granularidade** e **Formato** também foram replicados para os dados de vacinação, garantindo assim que esses novos conjuntos de dados avaliados também seguissem os mesmos parâmetros de abertura e publicação exigidos para dados de casos de Covid-19.

Parte desses novos itens são, também, os maiores gargalos observados na avaliação. Apenas dois estados — Sergipe e Pernambuco — detalham as etnias de populações indígenas vacinadas. Este é o critério com menor taxa de atendimento entre os critérios avaliados (7%). Em geral, essa informação não está entre os dados exigidos em sistemas estaduais e do Ministério da Saúde para registro da vacinação. Como apontado em um [estudo recente da OKBR](#), publicado em março deste ano, a ausência desse campo é mais uma barreira para compreender a efetividade da vacinação entre povos indígenas, um dos grupos prioritários definidos pelo Plano Nacional de Imunização.

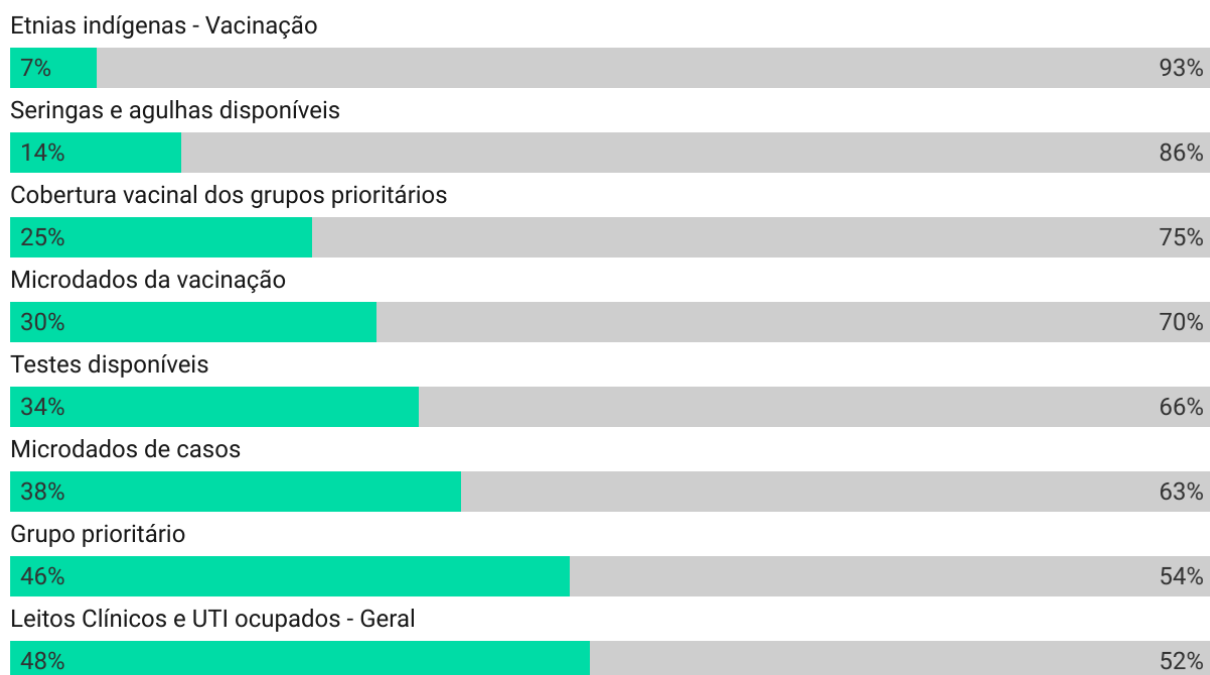
Outro critério pouco atendido é “Seringas e agulhas disponíveis” (14%). Com uma frequência pouco maior, é possível encontrar dados sobre a distribuição de insumos aos entes. É o caso do [painel do Ministério da Saúde](#). No entanto, não são divulgados dados sobre os insumos de que o ente ainda dispõe, o que é fundamental para saber se há **quantidade disponível de seringas e agulhas** para atender não apenas à vacinação contra a Covid-19, como também para outras campanhas do [Programa Nacional de Imunizações](#).

Diante do [fracasso](#) na compra dos insumos pelo Ministério, que poderia prejudicar o início da vacinação no país, e a alegação posterior do então ministro Eduardo Pazuello de que não haveria falta de seringas, o Supremo Tribunal Federal chegou a [determinar](#) que o governo federal informasse seu estoque de insumos. À época, o governo federal apontou que os estados tinham 80 milhões de seringas e agulhas e que, em alguns casos, a quantidade não seria suficiente para atender à demanda inicial da vacinação. Em março, o governo [alegou](#) não ter o dado atualizado, em resposta a um requerimento enviado pela Câmara dos Deputados.

Da mesma forma que a **publicação de microdados** de casos foi um dos maiores gargalos ao longo das avaliações do Índice em 2020, chegando à [última avaliação](#) do ano como o critério com menor taxa de atendimento, a divulgação de microdados da vacinação pelos estados é mais um dos critérios menos atendidos na nova versão.

## CRITÉRIOS MENOS ATENDIDOS POR ESTADOS E GOVERNO FEDERAL NO ITC-19 3.0

*Cinco dos oito critérios com menor taxa de cumprimento na nova fase do ITC são relacionados à vacinação*

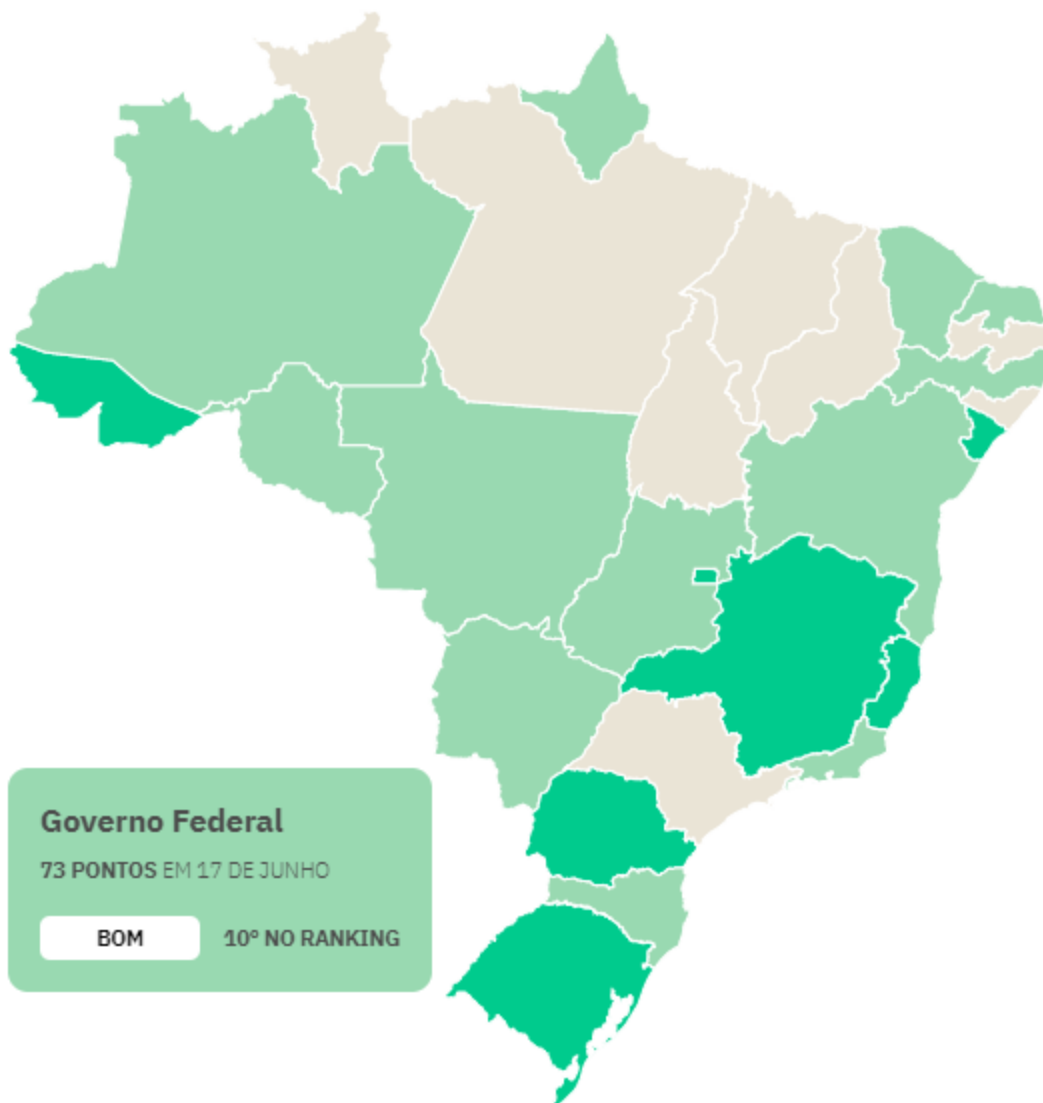


### RETROCESSO NA TRANSPARÊNCIA SOBRE TESTES

Outro destaque negativo observado na avaliação atual são retrocessos apresentados por alguns estados em critérios-chave para o acompanhamento de informações sobre a infraestrutura de saúde disponível para atendimento, quando comparados à última [avaliação do ITC-19 2.0](#), realizada em dezembro de 2020.

A principal piora de desempenho ocorreu em informações relacionadas à testagem: ao todo, 14 entes deixaram de publicar ou passaram a publicar parcialmente dados sobre testes aplicados e/ou testes disponíveis em seus painéis e portais. São eles: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e o governo federal. No caso dos dados de estoques de testes, o sexto critério menos atendido ao final da segunda fase, a taxa de atendimento caiu de 63% em dezembro de 2020 para 34% em junho de 2021.

## MAPA ATUALIZADO - TRANSPARÊNCIA DA COVID-19



### NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA





## RANKING ATUAL

Posição	Estado	Sigla	Pontuação	Nível
1º	Espírito Santo	ES	93	<b>Alto</b>
2º	Distrito Federal	DF	91	<b>Alto</b>
3º	Rio Grande do Sul	RS	88	<b>Alto</b>
4º	Minas Gerais	MG	86	<b>Alto</b>
5º	Acre	AC	81	<b>Alto</b>
6º	Paraná	PR	80	<b>Alto</b>
	Sergipe	SE	80	<b>Alto</b>
7º	Goiás	GO	79	<b>Bom</b>
	Mato Grosso do Sul	MS	79	<b>Bom</b>
8º	Rio Grande do Norte	RN	78	<b>Bom</b>
9º	Rondônia	RO	75	<b>Bom</b>
10º	Governo Federal	BR	73	<b>Bom</b>
11º	Amazonas	AM	72	<b>Bom</b>
	Pernambuco	PE	72	<b>Bom</b>
12º	Amapá	AP	66	<b>Bom</b>
	Santa Catarina	SC	66	<b>Bom</b>
13º	Ceará	CE	65	<b>Bom</b>
14º	Bahia	BA	64	<b>Bom</b>
15º	Rio de Janeiro	RJ	63	<b>Bom</b>
16º	Mato Grosso	MT	61	<b>Bom</b>
17º	São Paulo	SP	59	<b>Médio</b>
18º	Roraima	RR	58	<b>Médio</b>
	Tocantins	TO	58	<b>Médio</b>
19º	Alagoas	AL	56	<b>Médio</b>
20º	Pará	PA	55	<b>Médio</b>
21º	Maranhão	MA	54	<b>Médio</b>
22º	Piauí	PI	53	<b>Médio</b>
23º	Paraíba	PB	52	<b>Médio</b>

## METODOLOGIA

O **Índice da Transparência da Covid-19 nos estados e União** leva em conta três dimensões e 36 critérios:

Dimensão	Descrição
<b>CONTEÚDO</b>	São considerados itens como notificações de casos, idade, sexo e raça/cor de pacientes confirmados e de pessoas vacinadas; informações sobre grupos prioritários e cobertura da vacinação; além de dados sobre a infraestrutura de saúde, como ocupação de leitos, testes disponíveis e aplicados e doses de vacina recebidas e distribuídas.
<b>GRANULARIDADE</b>	Avalia se os casos e dados de pessoas vacinadas estão disponíveis de forma individual e anonimizada; além do grau de detalhamento sobre a localização (por município ou bairro, por exemplo).
<b>FORMATO</b>	Consideram-se pontos positivos a publicação de painéis analíticos, planilhas em formato editável e navegação simples.

[Base de dados completa](#) com a avaliação detalhada de cada ente.

[Nota metodológica](#) com o detalhamento dos critérios de avaliação.

[Boletins anteriores.](#)

O Índice de Transparência da Covid-19 (ITC-19) da OKBR foi lançado em 3 de abril de 2020 e, até junho, avaliou semanalmente estados e governo federal. Em sua segunda fase, a partir de julho, o ITC-19 passou a monitorar o dobro de indicadores com periodicidade quinzenal, além de incluir as capitais na avaliação.

Nesta terceira versão, o ITC-19 passa a incluir dados sobre a vacinação. Com base nas dimensões **Conteúdo, Granularidade e Formato**, o Índice chega a 36 critérios de avaliação. As rodadas passarão a ser mensais e os resultados de União e estados e os das prefeituras serão publicados de forma intercalada. Quanto mais adequada aos padrões de dados abertos for a forma de divulgação adotada pelo órgão, melhor a avaliação recebida.

Para além das avaliações periódicas, boletins especiais e temáticos têm sido produzidos desde setembro de 2020, com foco na qualidade dos dados.

## **SOBRE A OKBR**

A OKBR, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013. Desenvolvemos e incentivamos o uso de tecnologias cívicas e de dados abertos, realizamos análises de políticas públicas e promovemos o conhecimento livre para tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e participativa.

Saiba mais no site: <http://br.okfn.org>

### **Equipe responsável:**

#### **COORDENAÇÃO GERAL**

Fernanda Campagnucci

#### **COORDENAÇÃO DE PESQUISA**

Danielle Bello

#### **ANÁLISE E VISUALIZAÇÃO DE DADOS**

Danielle Bello e Carolina Sciarotta

#### **COLETA DE DADOS**

Danielle Bello, Carolina Sciarotta e Maria Gabriela da Silva

### **CONTATO PARA IMPRENSA**

[imprensa@ok.org.br](mailto:imprensa@ok.org.br)